

continuação Parecer dos Auditores Independentes: Aos Acionistas e Administradores do Magazine Luiza S.A. Franca - SP. 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Magazine Luiza S.A., levantados em 31/12/05 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada em conjunto Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, relativas ao exercício findo em 31/12/05, cujos ativos totais e lucro líquido proporcional p/ o exercício findo naquela data representam 37% e 34% dos ativos totais e lucro líquido do Magazine Luiza S.A., respectivamente, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 13/02/06, sem ressalvas. Nossa opinião no que se refere aos valores desse investimento e do respectivo resultado de equivalência patrimonial, está baseada no parecer desses outros auditores independentes. As demonstrações financeiras do Consórcio Nacional Luiza Ltda., controlada do Magazine Luiza S.A., relativas aos exercícios findos em 31/12/05 e de 2004, cujos ativos totais e lucro líquido p/ o exerc. findo em 31/12/05 representam 0,88% e 2,49% (1,31% e 5,64% em 2004) dos ativos totais e lucro líquido do Magazine Luiza S.A., respectivamente, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer

foi emitido em 20/02/06, sem ressalvas, e a nossa opinião, no que se refere aos valores desse investimento e do respectivo resultado de equivalência patrimonial, está baseada no parecer desses outros auditores independentes. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no § 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magazine Luiza S.A. em 31/12/05 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Campinas, 27/03/2006. Deloitte. Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Walbert Antonio dos Santos Contador - CRC nº 1SP185597/O-4

Logo of SP (São Paulo) and the company logo. Header: Companhia Paulista de Parcerias - CPP. CNPJ nº 06.995.362/0001-46. Relatório da Administração - 2005. Logo of GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. RESPEITO POR VOCÊ.

Após sua constituição e formalização no segundo semestre de 2004, a CPP passou, em 2005, a desenvolver as atividades previstas na lei de sua criação, em especial no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo. Sempre sob a orientação do Conselho Gestor do Programa de PPP e de forma coordenada com a Unidade de PPP da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, a Companhia examinou diferentes possibilidades de projetos no âmbito da Administração Pública Estadual, em geral propostos pelas Secretarias setoriais.

Além do acompanhamento regular das apresentações e iniciativas de projetos em diferentes áreas e de permanente exposição e prestação de contas acerca da estrutura e possíveis formas de atuação da Companhia no âmbito do Programa Paulista de PPP, as principais iniciativas da CPP em 2005 foram:

- Por determinação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias, a CPP realizou, em colaboração com a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, licitação para contratação de serviços técnico-especializados de avaliação, estruturação e busca de parceiros privados para o projeto de modernização do Complexo Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (CVG). Trata-se de projeto de grande relevância para o setor, o qual permitirá a renovação do CVG e a ampliação da sua capacidade enquanto centro esportivo. Esse trabalho encontra-se em andamento e tem sido acompanhado diretamente pela CPP.
Mediante solicitação e em estreita colaboração técnica com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, a CPP, mediante autorização

do Conselho Gestor do Programa de Parcerias, contratou assessoria financeira para a estruturação, implementação e posterior colocação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, lastreado em receitas de bilheterias geradas pela CPTM. O trabalho até aqui realizado já analisou as diferentes possibilidades e requisitos para a estruturação dessa modalidade inovadora de captação de recursos para investimentos, bem como propôs as suas principais características legais, financeiras e operacionais.
Buscando uma melhor adequação da sua estrutura patrimonial diante das demandas do programa de PPP e das prioridades de investimento do Estado, a CPP realizou, em 29 de agosto de 2005, com a devida autorização do Conselho Gestor do Programa de PPP, uma diversificação na composição dos seus ativos. Por meio de contrato firmado junto ao DER, com a intervenção do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, foram comprados direitos de crédito referentes ao ônus fixo de titularidade do DER contra as concessionárias rodoviárias Autoban, Via Norte e Triângulo do Sol, relativos ao período entre janeiro de 2006 e dezembro de 2014, envolvendo montante de R\$ 200 milhões. Os recebíveis são ativos de excelente qualidade, preservam a rentabilidade e liquidez do patrimônio da CPP e têm um perfil adequado aos possíveis desembolsos da CPP nas suas atividades como prestadora de garantias.
A CPP participou ativamente do processo de estruturação do projeto de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, da

Linha 4 - Amarela do METRÔ, cujo edital foi lançado em dezembro, numa iniciativa pioneira no país. Além do forte apoio técnico dedicado pela CPP ao projeto, definiu-se, após análise dos riscos envolvidos e com a aprovação do Conselho Gestor, que a CPP prestará garantia solidária ao Poder Concedente na mitigação do risco de atraso da obra, a qual é de responsabilidade do Estado, nas duas fases previstas do projeto. A CPP foi também autorizada a oferecer até R\$ 60 milhões como garantia para o risco de inadimplência do Poder Concedente nos pagamentos da contraprestação pecuniária devida ao Concessionário.
A CPP, sempre autorizada pelo Conselho Gestor, também definiu a sua participação na complementação de garantias necessárias à viabilização de captação de recursos pelo METRÔ junto ao BNDES Participações, para financiamento dos investimentos da Linha 2 - Verde, trecho Ana Rosa - Ipiranga. Para tanto, será cedido fiduciariamente e sob condição suspensiva parte do fluxo futuro de recebíveis adquiridos pela CPP junto ao DNER.
Além de procurar contribuir para a adequada estruturação dos projetos e consolidação dos procedimentos relativos ao Programa de PPP, a CPP teve sempre a preocupação, na gestão de seus ativos, de manter-se apta a atuar como empresa prestadora de garantias. A totalidade dos recursos aportados pelo Estado em 2004 está dividida em aplicações financeiras junto ao Banco Nossa Caixa e direitos de crédito do DER, que poderão ser utilizados como garantias de obrigações eventualmente assumidas pela Administração Pública junto aos parceiros privados, devido a sua solidez e baixo risco.

Table with 5 columns: Ativo, Circulante, Disponível, Realizável a longo prazo, Créditos a receber. Rows for 2005 and 2004. Total for 2005: 585.291.077; 2004: 659.729.981.

Table with 5 columns: Passivo, Circulante, Obrigações tributárias, Outras obrigações, Patrimônio líquido. Rows for 2005 and 2004. Total for 2005: 730.181.081; 2004: 3.050.212.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em Reais)

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em Reais)

Table with 4 columns: Receitas (Despesas) operacionais, Administrativas, Financeiras, Outras receitas operacionais. Rows for 2005 and 2004. Total for 2005: 116; 2004: 2.813.

Table with 5 columns: Saldo inicial, Subscrição realizada, Lucro líquido do exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2004, Aumento de capital em 21 de dezembro de 2005. Rows for 2005 and 2004. Total for 2005: 74.214.053; 2004: 730.181.081.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em Reais)

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em Reais)

Table with 4 columns: Origens dos recursos, Das operações, Dos acionistas, Total das origens. Rows for 2005 and 2004. Total for 2005: 543.570.492; 2004: 3.050.212.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em Reais)

1. Contexto operacional - A Companhia Paulista de Parcerias - CPP é uma sociedade por ações, regida pela Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Lei Estadual nº 11.688 de 19 de Maio de 2004, constituída em 06 de agosto de 2004. Foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu artigo 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração.
2. Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis da Legislação Societária e a Lei das Sociedades por Ações (6.404/76).
3. Disponibilidades - As disponibilidades da Companhia estão integralmente aplicadas junto ao Banco Nossa Caixa com liquidez diária e rentabilidade média próxima a 100% do CDI. As disponibilidades estão assim distribuídas:
Bancos Conta Movimento:
Nossa Caixa 424.724 199
Aplicações Financeiras:
Nossa Caixa - FIF Estatais Renda Fixa 5.160.517 8.857.656
Nossa Caixa - CDB 544.979.282 650.131.303
550.564.523 658.989.158
4. Créditos a receber - Refere-se a direitos de crédito de titularidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, referente ao ônus fixo relativos aos contratos de concessão rodoviária firmados entre DER/SP e Autoban, Triângulo do Sol e Vianorte, adquiridos pela Companhia em 29 de agosto de 2005, pelo valor de R\$ 200.492.446. O pagamento desses créditos ocorreu em três parcelas, todas liquidadas em 2005. A realização desses créditos tem cronograma definido, devendo ocorrer no período de 2006 a 2013. O total a receber nesse período, conforme demonstrado abaixo, será de R\$ 312.568.770, reajustado pelo IGP-M.
O valor adquirido pela Companhia equivale, em média, a 28% do total devido pelas três concessionárias ao DER/SP ao longo do período total. A distribuição entre os ativos circulante e realizável a longo prazo foi efetuada levando-se em consideração os prazos de realização previstos no cronograma firmado. A seguir apresentamos a correspondente distribuição efetuada:
Ativo Circulante 16.932.070
Realizável a Longo Prazo 183.560.376
200.492.446
Existente a previsão contratual de aquisição dos créditos vincendos no exercício de 2014, no total de R\$ 37.600.685. Ao final de cada trimestre de 2006, mediante o recebimento pela Companhia das parcelas vincendas, será feita a aquisição dos referidos créditos no trimestre correspondente do ano de 2014. Por esses créditos a Companhia pagará, a cada trimestre, a quantia de R\$ 4.578.040, totalizando R\$ 18.312.161.
5. Outros créditos - Trata-se do pagamento de serviços contratados pela CPP mediante autorização do Conselho Gestor do Programa PPP e relativos a projetos específicos. No exercício de 2005 eles se referem à estruturação e colocação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios para a CPTM e à contratação de serviços técnico-especializados de avaliação, estruturação e busca de parceiros privados para o projeto de modernização do Complexo Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (CVG). Em obediência às normas legais que regem a atuação da CPP, os instrumentos jurídicos pertinentes prevêm o pagamento à CPP das despesas incorridas na contratação e acompanhamento desses serviços, quando da sua conclusão.
6. Capital - O Capital Social da Companhia, totalmente integralizado, é composto pela participação do Estado de São Paulo em 652.179.447 ações, que totalizam R\$ 652.179.447, e da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, com a participação de 10 ações, que totalizam R\$ 10. De acordo com ata da Assembléia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2005, os acionistas aprovaram o aumento de capital na Companhia de R\$ 800.000 para R\$ 652.179.457, através da integralização do adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 651.379.457, decorrente da cessão, pelo Estado de São Paulo, e posterior negociação junto ao mercado nacional e internacional, de ações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.
7. Despesas gerais e administrativas - Inclui R\$ 504.000 referentes a investimentos em projetos culturais de cunho audiovisual, indicados pela Secretaria de Estado da Cultura. Conforme o disposto na Lei do Audiovisual, nº 8.695/93, o montante investido poderá ser integralmente deduzido do imposto de renda devido.
8. Outras receitas operacionais - O valor se refere à reversão de parte da provisão que havia sido feita em 2004 para o reembolso dos custos incorridos pela SABESP no processo de Oferta Global de Ações, ocorrido em 2004. O valor que estava provisionado na rubrica de Outras Obrigações do Balanço Patrimonial de 31/12/2004 era de R\$ 4.113.593. Após efetiva apuração do valor devido, foram desembolsados pela CPP apenas R\$ 2.897.818.

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento no exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas. É o Parecer. São Paulo, 29 de março de 2006. O Conselho Fiscal.

Table with columns: Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Contador. Names include Mario Engler Pinto Junior, Tomás Bruginski de Paula, Daniel Sonder, Luiz Tacca Junior, Eduardo Refinetti Guardia, Renata Weingrill Lancellotti, Gil Bernardo Borges Leal, Marcos José Perez Monteiro, Lyodegar Aparecido Cantor Marques.

Parecer dos Auditores Independentes A os Administradores e Acionistas da Companhia Paulista de Parcerias - CPP 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Parcerias - CPP em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 20 de janeiro de 2006 Boucinhas & Campos + Soteci Auditores Independentes S/S CRC - 2SP 005.528/O-2 Silvío Cesar Cardoso Contador CRC - 1SP 188.428/O-5